

APRESENTAÇÃO

Estamos entrando no ano de 2020 com um presságio de coisa muito ruim pela frente: *o aprofundamento da crise do capitalismo que se arrasta já por meio século*. Quanto mais prossegue acelerado o avanço tecnológico, mais os gerentes do capitalismo se perdem em encontrar uma solução para o problema do desemprego — a principal e mais evidente consequência da crise que é estrutural e tende a se agravar se os primeiros prognósticos da pandemia decorrente do coronavírus se confirmarem.

O mais grave é que os administradores políticos do capitalismo (do Estado e das grandes corporações) buscam uma saída pelo caminho do agravamento: *aumentando a produtividade do trabalho através do uso de mais tecnologia*, responsável pelo desemprego estrutural. Em trabalho recente (*À procura de ouvidos sensíveis e mentes lúcidas: um ensaio da Administração Política*), defendemos a tese de que é uma crise da administração política da economia e que só há uma saída possível: combinar redução da jornada de trabalho com o redirecionamento do eixo central da produção de bens e serviços de consumo privado (individual) para a produção de bens e serviços de consumo coletivo (educação, saúde, segurança, saneamento, habitação popular — concebendo um amplo projeto de *desfavelização* das cidades brasileiras¹ — transportes urbanos, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos etc.).

¹ Este é uma proposta de habitação popular bem diferente da que o Brasil vem praticando nos últimos 50 anos, pois mantém a população no seu habitat atual, com todas as vantagens que a sociabilidade lhe oferece — e não a expulsa de tudo e de todos.

Seguindo esta linha de preocupação, o número 23 da REBAP é aberto com o texto de Fernando Pedrão tratando justamente da crise do sistema capitalista, que é entendida como resultado dado “pela contradição entre a progressão da concentração de capital e a do desemprego”; e que reverbera no Brasil de forma “decisiva porque se soma ao bloqueio causado pela pressão externa e pelas consequências de políticas econômicas desastrosas”. Como dito acima, o problema maior dessa crise é dado por uma má administração política da economia capitalista. Por essa razão, em seguida, vem o artigo de Emerson de Sousa tratando justamente do que chamou de *prolegômenos da Administração Política*, que atribui a esse campo as formas de organização social, os estágios de desenvolvimento das relações sociais em que nos encontramos e a capacidade intelectual para “prescrever ações que venham a contribuir para o processo de emancipação humana”. Fechando esse primeiro bloco de textos com abordagens de natureza mais teórica, temos o trabalho escrito por Simony R. Marins e Ludmila Meira que procura dar uma contribuição às bases teórico-metodológicas do campo da administração política a partir das contribuições de Ladislau Daubor e Karl Polanyi, concluindo destacando as relevâncias das contribuições que estes autores dão com os estudos sobre a pedagogia econômica e antropologia econômica.

Nas abordagens mais relacionadas ao exercício prático da Administração, a primeira consideração é feita no texto de Jorge de Souza sobre a Transformação Econômica e Social do Brasil, tomando como referência a Administração Política, tomando como instrumento dessa transformação as universidades públicas federais. Nesse mesmo sentido, temos o trabalho de Alisson Calasãs que versa sobre as agências reguladoras e faz uma análise crítica que mostra que o “Brasil não possui um modelo ideal de avaliação de desempenho das agências reguladoras, primeiro pela falta de padronização, segundo pela falta de foco na missão estratégica de tais órgãos em promover um equilíbrio econômico como proteção ao consumidor...”. Essa abordagem analítica é concluída com o texto de Neuton Messias Neto que faz uma análise muito apropriada do Programa de Alimentação Escolar de Moçambique sob a perspectiva da Administração Política, buscando subsídios para a construção de metodologia que possa, no futuro, ser universalizada.

Por fim, o sétimo e último artigo elencado neste número é escrito por Lara Matos e versa acerca dos subsídios da literatura ao progresso da

ciência — particularmente em relação ao campo das ciências sociais, que considera que a literatura é um “campo de pesquisa possível e legítimo para a Administração política”. Nas suas palavras — tudo que as ciências apresentam, hoje, já foi antecipado pelas artes em geral, sobretudo pela literatura.

Mais uma vez, o leitor tem a oportunidade de ter em um mesmo número desta REBAP um conjunto de textos que estão tratando de questões fundamentais de nossa realidade. E isso pode ser comprovado com a leitura dos mesmos. Temos certeza que ao final concordarão com a avaliação dos diretores.

Reginaldo Souza Santos
Fábio Guedes Gomes
Diretores